

CHEFES DE ESTADO

COM DUPLA IMPROVÁVEL

DE LÍDERES MUNDIAIS P8



Brasil, Sábado, 5 de Julho de 2025 · Ano 18 · nº 3768 · Fundado em 11 de Março de 2005 · diariodoestado.com.br · R\$1,50

Fiscalização eletrônica gera polêmica com uso de câmeras inteligentes

A retomada da fiscalização eletrônica em Goiânia tem se tornado foco de intenso debate político e jurídico. O presidente da Câmara Municipal, Romário Policarpo, voltou a criticar o modelo atual, direcionando suas falas ao secretário de Engenharia de Trânsito, Tarcísio de Abreu. O sistema, reativado no primeiro quadrimestre de 2025, conta atualmente com 61 câmeras do tipo PTZ (Pan-Tilt-Zoom) em funcionamento. **p2**



A TAXAÇÃO DOS SUPER RICOS É NOVA CHANCE DO GOVERNO FEDERAL P4

ESPORTE

Fluminense triunfa e carimba vaga na semifinal do Mundial, em rodada de frustração e eliminação para o Palmeiras

ROMARIA

Divino Pai Eterno chega ao 7º dia com desfile de carros de boi e Trindade é declarada capital simbólica de Goiás

BRASIL

Brics pode ser a chave para o Brasil fazer da COP30 o marco definitivo contra mudanças climáticas

GESTÃO

Governo de Goiás investe mais de R\$ 1,1 bilhão em novo acote de obras de infraestrutura para o estado

(62) 3010-4014

(62) 98219-1904

/diariodoestado

jornalismo@diariodoestado.com.br



Fiscalização eletrônica em Goiânia volta a gerar polêmica

REDAÇÃO

A retomada da fiscalização eletrônica em Goiânia tem se tornado foco de intenso debate político e jurídico. O presidente da Câmara Municipal, Romário Policarpo, voltou a criticar o modelo atual, direcionando suas falas ao secretário de Engenharia de Trânsito, Tarcísio de Abreu.

O sistema, reativado no primeiro quadrimestre de 2025, conta atualmente com 61 câmeras do tipo PTZ (Pan-Tilt-Zoom) em funcionamento. Dessas, 29 estão aptas a aplicar multas, segundo a Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito (SET).

O centro do debate está no uso de câmeras com inteligência artificial, que auxiliam motoristas em tempo real por infrações como manuseio de celular, avanço de sinal vermelho e ausência do cinto de segurança. A pasta garante que todos os pontos fiscalizados estão devidamente sinalizados, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução nº 909/2022 do Contran.



Reprodução

Há outras câmeras que, embora estejam instaladas e operando, não possuem sinalização, o que, segundo a SET, as enquadra como instrumentos exclusivamente voltados ao monitoramento. Esses equipamentos auxiliam os agentes de trânsito no controle do fluxo viário e na resposta a ocorrências, mas não geram autuações.

Para a advogada Eliane Nogueira, presidente da Comissão de Direito de Trânsito da OAB-GO, a aplicação de multas em locais sem a devida sinalização pode ser considerada ilegal. "A Resolução nº 909/2022 do Contran exige que toda fiscalização feita por câmeras esteja devidamente sinalizada nas vias públicas", afirma a especialista. A ausência de placas ou avisos sobre a presença das

câmeras pode ser usada como argumento para anular multas. Eliane orienta que "o cidadão que for multado em uma via sem sinalização adequada pode requerer a nulidade do auto de infração, sustentando sua defesa com base na ilegalidade da autuação".

Entre 1º de abril e 15 de junho deste ano, foram registradas 3.566 infrações cometidas por motoristas flagrados manuseando o ce-

lular ao volante. A secretaria informou que o levantamento total de infrações aplicadas nos seis primeiros meses da reativação do sistema será divulgado posteriormente.

O especialista em mobilidade urbana Marcos Rothen critica a forma como a política de trânsito tem sido conduzida pela administração municipal, apontando falta de transparência e postura mais educativa. "Quando a população percebe que a fiscalização é feita apenas para multar, há rejeição", alerta o especialista. Na avaliação de Rothen, Goiânia tem falhado na aplicação de políticas públicas eficientes de mobilidade urbana. "Só vejo notícias de que estão fazendo algo, mas não vejo mudanças reais no comportamento dos motoristas", observa.

O especialista defende que a multa ainda é uma ferramenta necessária, especialmente diante da baixa consciência de parte dos motoristas. "Se houver risco real de punição, o comportamento muda", conclui Rothen.

O especialista defende que a multa ainda é uma ferramenta necessária, especialmente diante da baixa consciência de parte dos motoristas. "Se houver risco real de punição, o comportamento muda", conclui Rothen.

O especialista defende que a multa ainda é uma ferramenta necessária, especialmente diante da baixa consciência de parte dos motoristas. "Se houver risco real de punição, o comportamento muda", conclui Rothen.

O especialista defende que a multa ainda é uma ferramenta necessária, especialmente diante da baixa consciência de parte dos motoristas. "Se houver risco real de punição, o comportamento muda", conclui Rothen.

OAB-GO e Câmara de Goiânia se unem contra o abandono de animais

A Comissão Especial de Direito Animal da OAB-GO e a Comissão de Proteção, Defesa e Direito dos Animais da Câmara Municipal lançaram uma campanha conjunta contra o abandono de animais. A iniciativa surge como resposta ao aumento significativo dos casos de abandono, especialmente durante o período de férias, quando muitos tutores deixam seus pets nas ruas por irresponsabilidade.

A presidente da Comissão Especial de Direito Animal da OAB-GO, Pauliane Rodrigues, alerta que "não existem animais de rua, existem animais de tutores irresponsáveis que os abandonam". Segundo ela, a ausência de políticas públicas efetivas de castração contribui diretamente para o aumento desse número, resultando em recordes de abandono a cada ano.

Mesmo que o abandono não esteja literalmente descrito na lei, a conduta de maltratar é abrangente o suficiente para englobá-lo, uma vez que abandonar um animal é submetê-lo à dor, fome, sede e riscos diversos.

Para denunciar casos de abandono, é fundamental documentar com fotos, vídeos ou testemunhas sempre que possível. A Polícia Civil, por meio do GPA, o Ministério Público e as delegacias comuns recebem denúncias, sendo possível acionar a Agência Municipal do Meio Ambiente pelo 153 ou a Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente pelo (62) 3201-2780.

A campanha também incentiva formas de ajudar animais abandonados ou em risco de abandono, não se limitando apenas à adoção. Entre as alternativas estão acolher um animal comunitário ou oferecer um lar temporário, especialmente considerando que os abrigos estão todos lotados e não há locais suficientes para o recolhimento de animais na capital goiana.

Agentes de Trânsito reforçam fiscalização de vagas especiais

A Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito (SET) de Goiânia anunciou a intensificação das ações de orientação sobre o uso correto das vagas especiais de estacionamento. As operações serão concentradas em shoppings, supermercados e centros de lazer, locais que apresentam maior movimento durante o período de férias escolares.

Os números de infrações registradas no primeiro semestre de 2025 revelam um cenário preocupante para as autoridades de trânsito da capital goiana. Entre janeiro e junho, foram contabilizadas 3.361 autuações por uso irregular das vagas destinadas a idosos, pessoas com deficiência, gestantes e lactantes, representando um aumento de



34% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registradas 2.504 infrações.

As fiscalizações são realizadas diariamente por agentes de trânsito, abrangendo tanto vias públicas quanto estacionamentos privados

de uso coletivo. O Código de Trânsito Brasileiro estabelece que a sinalização e o cumprimento das normas sobre vagas especiais são obrigatórios em qualquer espaço aberto ao público, independentemente de ser

público ou privado.

A iniciativa da Prefeitura tem como objetivo garantir que as vagas estejam sempre disponíveis para quem realmente necessita delas. Segundo a SET, julho é um mês crítico devido ao aumento do fluxo de famílias em espaços de lazer, tornando fundamental a conscientização sobre o uso responsável dessas vagas.

O processo pode ser realizado presencialmente ou através do site oficial da Prefeitura, mediante apresentação de documentos como RG, CPF, comprovante de endereço e, quando necessário, laudos médicos.

A legislação brasileira assegura amplamente o direito ao uso das vagas especiais através de leis como o

Estatuto da Pessoa Idosa, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei Federal que reconhece o Transtorno do Espectro Autista como condição de mobilidade reduzida. As normas exigem a reserva de 5% das vagas para idosos e 2% para pessoas com deficiência, com sinalização adequada e acesso facilitado.

Rangel Guimarães enfatiza que o foco da operação está na orientação e conscientização da população. "Ao ocupar uma vaga especial sem autorização, o motorista retira o direito de quem realmente precisa", destaca o coordenador, reforçando que o objetivo é garantir uma cidade mais acessível e respeitosa com todos os cidadãos.

DIÁRIO DO ESTADO

www.diariodoestado.com.br

FALE CONOSCO: (62) 3010-4014

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ernesto Guevera
EDITOR DE ARTE: Henrique Portilho
EDITOR EXECUTIVO: Bruno Vieira

jornalismo@diariodoestado.com.br

COMERCIAL

(62) 3095-1241 · 3093-3847 · 3095-1057
3095-6527 · 3095-2635 · 3095-7549
comercial@diariodoestado.com.br

SEDE: Rua 109, Nº 36, Setor Sul,
Goiânia - Goiás - CEP: 74.085-090
Tiragem: Atende a Lei Estadual nº 17.928/12
Circulação: Estado de Goiás - CNPJ: 24.946.442/0001-93

Edição digital
certificada: 

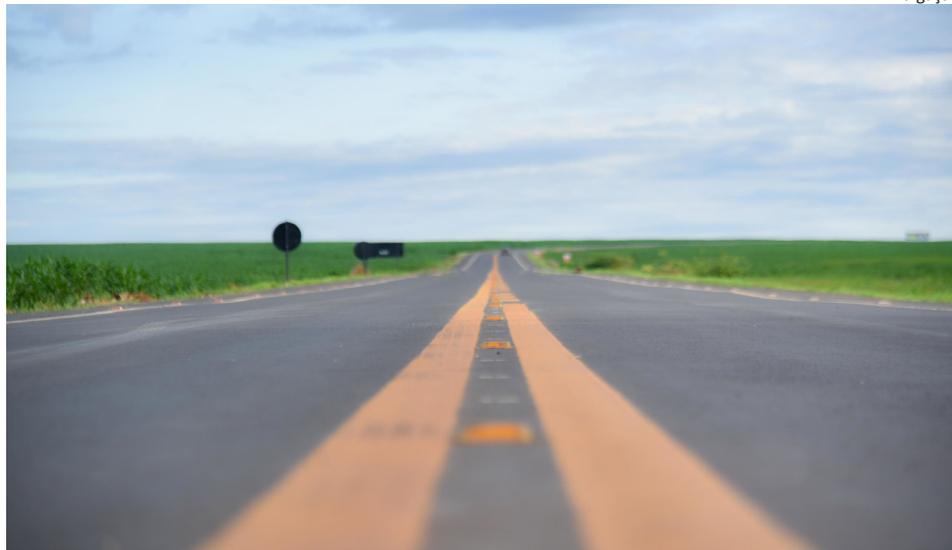


Governo de Goiás investe R\$ 1,1 bi em novo pacote de obras de infraestrutura

REDAÇÃO

O Governo de Goiás lançou um ambicioso pacote de sete novas obras rodoviárias que inauguram um novo ciclo na execução de infraestrutura pública estadual. Os investimentos anunciados pelo governo somam mais de R\$ 1,145 bilhão e marcam a consolidação de um modelo inédito no país baseado na contratação de obras por meio de parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

O novo formato, fundamentado na Lei Federal nº 13.019/2014, viabilizará a construção e pavimentação de mais de 330 quilômetros de rodovias em todo o estado. As obras incluem pavimentação completa de rodovias estaduais, construção de pontes e duplicação de trechos estratégicos para o escoamento da produção agropecuária e a mobilidade regional.



Divulgação

Os investimentos estão previstos para beneficiar cidades como Bela Vista, Silvânia, Caçu, Perolândia, Iporá e Itarumã, abrangendo regiões Sul, Sudeste e Centro do estado. Todas as obras serão geridas pelo Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), após assinatura de termo de colaboração

com o Estado de Goiás.

O governador Ronaldo Caiado considera a iniciativa um divisor de águas na administração pública por aliar legalidade, agilidade, eficiência e controle rigoroso dos recursos. "Estamos mostrando que é possível fazer mais, com mais qualidade e em menos tempo", afirma o

governador, destacando que Goiás será exemplo para o Brasil em desburocratização.

O projeto conta com fiscalização rigorosa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). As intervenções serão realizadas em

corredores produtivos estratégicos nas rodovias GOs: 461, 147, 178, 180, 206 e 220, todas aprovadas pelo Conselho Gestor do Fundeinfra.

O Termo de Colaboração assinado entre a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), a Goinfra e o Ifag estabelece que a instituição fará as contratações através de chamamento público. As empresas contratadas devem comprovar expertise técnica em engenharia, certificação de projetos, assessoramento legal e gestão de obras, além de apresentar seguros obrigatórios.

As companhias assumem a obrigação de cumprir prazos, metas e parâmetros técnicos rigorosos, sob pena de rescisão contratual e responsabilização civil. Elas também são responsáveis pela correção de eventuais inconformidades, inclusive após a entrega, durante todo o período de

garantia legal estabelecido.

O secretário de Estado da Infraestrutura, Adib Elias, explica que o novo modelo resolve um gargalo histórico da gestão pública que tradicionalmente premia o menor preço em detrimento da capacidade técnica. "Com esse modelo, a obra só para quando está pronta", garante o secretário, enfatizando que se trata de um novo pacto de responsabilidade e resultado com o povo goiano.

O presidente da Goinfra, Pedro Sales, destaca que o sistema é baseado em transparência total, cronograma rigoroso e estímulo à concorrência entre empresas executoras. O Ifag deverá apresentar balancetes mensais, relatórios técnicos, extratos, cronograma físico-financeiro, auditoria externa e seguro de conclusão da obra, com qualquer saldo financeiro devendo ser devolvido ao Estado.

Detran-GO inaugura delegacia para investigação de crimes de trânsito

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) e a Polícia Civil de Goiás inauguraram oficialmente, nesta quinta-feira (3), a nova Delegacia Especializada em Investigação de Crimes de Trânsito (Dict) na sede da autarquia, no bairro Cidade Jardim, em Goiânia. A obra representa mais um passo rumo à instalação da primeira Cidade de Trânsito do País, um complexo que reunirá todos os órgãos de trânsito em um mesmo local.

O Detran-GO investiu mais de R\$ 450 mil na construção da nova estrutura, que possui mais de 380 metros quadrados de área construída. O novo prédio conta com estrutura moderna e recursos de acessibilidade pensados para atender também as pessoas que tiveram a mobilidade reduzida.

A unidade entrou em funcionamento no dia 10 de junho e, em menos de um mês, foram lavradas 85 ocorrências na Dict, que conta atualmente com mais de 600 investigações em andamento. Além dos crimes de



menor potencial ofensivo, o foco da delegacia é apurar homicídios, lesões corporais provocadas por sinistros de trânsito e os rachas – disputas automotivas não autorizadas.

De acordo com o presidente do Detran-GO, Delegado Waldir, "temos um projeto macro de reunir, em um mesmo espaço, os vários órgãos de trânsito". Segundo ele, "isso facilitará o trabalho de inteligência nos proporcionando agilidade na fiscalização e nas investigações, mas, principalmente, irá gerar maior comodidade ao cidadão que poderá resolver tudo sobre

trânsito em um mesmo local".

Além da delegacia, na autarquia já existe um espaço destinado ao Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, e, em breve, será inaugurada a Cidade Mirim, espaço destinado a projetos de educação de trânsito. O presidente lembra que parte do público que busca a Dict precisa de passar por perícia no Instituto Médico Legal e a localização atual facilita o acesso.

Na Dict, são registrados cerca de 140 homicídios por ano, sendo que somente no primeiro semestre de 2025 foram mais de 60 mortes.

Proposta prevê suspensão de CNH para quem de carro abandonar pets

Uma nova proposta legislativa em tramitação no Congresso Nacional pretende endurecer as punições contra o abandono de animais domésticos. O projeto de lei estabelece que motoristas flagrados utilizando veículos para abandonar cães e gatos em locais públicos poderão ter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa por até 12 meses.

A medida surge como resposta ao crescente número de casos de abandono registrados em todo o país, especialmente em rodovias e áreas rurais. Segundo dados de organizações de proteção animal, cerca de 30 milhões de cães e gatos vivem em situação de rua no Brasil, sendo que grande parte desses animais foi deliberadamente abandonada por seus tutores.

O texto da proposta classifica o uso de veículo automotor para abandono de animais como infração gravíssima de trânsito, com multa de R\$ 2.934,70. Além da penalidade financeira, o condutor ficará sujeito à suspensão do direito de dirigir e será obrigatório realizar curso de



reciclagem sobre legislação de trânsito e proteção animal.

Para a aplicação da penalidade, será necessária comprovação através de câmeras de segurança, testemunhas ou flagrante por agentes de trânsito. O projeto também prevê que a multa seja dobrada em caso de reincidência, podendo chegar à cassação definitiva da CNH na terceira ocorrência.

Organizações de defesa dos direitos dos animais celebraram a iniciativa como um avanço importante na proteção dos pets. Elas argumen-

tam que a medida pode inibir significativamente os casos de abandono, já que conecta diretamente a conduta criminosa a uma consequência prática na vida do infrator.

A proposta ainda precisa ser analisada pelas comissões competentes da Câmara dos Deputados antes de seguir para votação no plenário. Caso seja aprovada, a nova regra entrará em vigor 180 dias após a sanção presidencial, permitindo tempo para adaptação dos órgãos de trânsito e capacitação dos agentes fiscalizadores.



Brasil espera mobilização dos BRICS para resultados ambiciosos na COP30

REDAÇÃO

A reunião de cúpula do BRICS no Rio de Janeiro representa uma oportunidade crucial para construir soluções mundiais para as mudanças climáticas. O encontro desta semana deve antecipar debates importantes que estarão em pauta na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá em Belém no próximo novembro.

O Brasil deposita grandes expectativas na mobilização do bloco, que reúne 11 países, para alcançar resultados ambiciosos na COP30. O grupo inclui Brasil, China, Rússia, Índia, África do Sul, Indonésia, Irã, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, mantendo o compromisso com as metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A nova liderança climática defendida pelo Brasil baseia-se na solidariedade entre os



povos para gerar respostas eficazes e equitativas. Esta abordagem busca enfrentar os desafios das mudanças climáticas de forma colaborativa e inclusiva entre as nações emergentes.

Em maio deste ano, delegados dos países-membros aprovaram um documento

com recomendações sobre financiamento climático que será considerado pelos líderes. Segundo a secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, o documento aborda reformas de bancos multilaterais, aumento do financiamen-

to concessional e mobilização de capital privado.

O professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, da Universidade de Brasília, acredita que a declaração final enfatizará a busca por financiamento da transição energética verde. Além disso, temas

como combate à desertificação, cuidado com os oceanos e enfrentamento da poluição de plásticos ganharão relevância no documento.

A professora Maureen Santos, do BRICS Policy Center, considera que seria uma grande vitória se a reunião resultasse em compromissos concretos de financiamentos climáticos. Segundo ela, isso facilitaria os debates sobre o framework de transição justa que será central na COP30.

O encontro acontece em um momento delicado para o Acordo de Paris, que completa uma década em 2025, mas enfrenta fragilidades significativas. A convenção do clima sofreu um grande impacto com a saída dos Estados Unidos do acordo, segundo especialistas.

Em preparação para a COP30, representantes da UNFCCC se reuniram em Bonn no mês passado para discutir a mobilização de US\$ 1,3 trilhão em financiamento climático.

Países do G77, liderados pela China, demandaram mais investimentos dos países desenvolvidos conforme previsto no Acordo de Paris.

Apenas 28 dos quase 200 signatários do Acordo de Paris entregaram suas NDCs (contribuições nacionalmente determinadas) desde novembro passado. Entre os BRICS, somente Brasil e Emirados Árabes Unidos apresentaram seus compromissos para reduzir emissões de gases do efeito estufa.

Apesar de alguns países do bloco terem economias baseadas em combustíveis fósseis, há um compromisso oficial de promover "transições energéticas justas, ordenadas e equitativas". O desafio será usar recursos dessas fontes para financiar energia verde, gradualmente redirecionando o petróleo para fins distintos da produção energética, embora a tendência seja adiar mais uma vez esse processo de transição.

A taxaçoão dos super ricos é nova chance do Governo Federal

A derrubada do decreto que aumentava o IOF pela Câmara dos Deputados expôs uma realidade incômoda para o governo Lula: o presidencialismo de coalizão não funciona mais como antes. A votação histórica, com 383 votos pela derrubada contra apenas 98 favoráveis, demonstrou que cargos e emendas não são mais suficientes para garantir apoio parlamentar como na primeira década dos anos 2000.

O Centrão se reconfigurou desde o golpe contra Dilma Rousseff e o advento do bolsonarismo, invertendo os papéis tradicionais do sistema político brasileiro. Sob a presidência de Arthur Lira, o legislativo capturou o orçamento e hoje são os ministros que recorrem aos parlamentares em busca de apoio, numa completa inversão da dinâmica anterior.

O governo federal enfrenta dificuldades para compreender essa nova realidade política e continua insistindo nas fórmulas que funcionavam em gestões anteriores. Mesmo o acúmulo



de derrotas no Congresso não foi suficiente para que o Planalto mudasse sua estratégia de articulação política.

A questão central do debate é a taxaçoão dos mais ricos num contexto onde a maior parte da carga tributária recai sobre a população de baixa renda. As manobras de Hugo Motta para pautar e articular a votação que derrubou o IOF foram consideradas sorrteiras pelo governo, reduzindo a disposição presidencial para negociações.

O governo decidiu reagir judicializando a questão, ajuizando uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a deci-

são do Congresso. Esta estratégia ocorre num momento delicado, quando a relação entre os Poderes está estremecida, com o apoio das duas casas legislativas a projetos que visam limitar os poderes do STF.

A postura parlamentar revelou um espaço onde Motta e aliados inadvertidamente entregaram ao governo a oportunidade de denunciar a manutenção de privilégios dos super-ricos. Para o analista, é melhor comprar uma boa briga e eventualmente perder do que seguir evitando confrontos até que o projeto político eleito em 2022 se torne irreconhecível.

Presidente Lula não vai sancionar aumento do número de deputados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu não sancionar o projeto de lei que amplia de 513 para 531 o número de deputados federais no Brasil. A decisão deve ser comunicada até o dia 16 de julho, prazo constitucional para que o chefe do Executivo se manifeste sobre a proposta aprovada pelo Congresso Nacional.

Auxiliares do presidente no Palácio do Planalto aconselharam Lula a evitar a sanção, temendo que a medida desgaste ainda mais a imagem presidencial em um momento de baixa popularidade. Pesquisa Datafolha revelou que 76% dos brasileiros são contra o aumento do número de deputados, enquanto apenas 20% apoiam a proposta.

A estratégia mais provável é que Lula utilize a "sanção tácita", não se manifestando sobre o projeto no prazo constitucional e transferindo a responsabilidade de promulgação para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Essa decisão evitaria que o governo seja diretamente responsabilizado pela aprovação



LUÍZ INÁCIO DO PLANALTO
Presidente Lula conversa com jornalistas

da medida em um momento de discussões sobre revisão de gastos públicos.

O projeto aprovado pelo Congresso gerará um impacto orçamentário anual de R\$ 64,8 milhões, segundo cálculos da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. Levantamentos indicam que, considerando o efeito cascata nos deputados estaduais, o custo total pode ultrapassar R\$ 140 milhões anuais.

A proposta foi articulada principalmente pelo presidente da Câmara, Hugo Mot-

ta, e aprovada como resposta à determinação do Supremo Tribunal Federal para redistribuir as cadeiras conforme o Censo de 2022. Estados como Pará e Santa Catarina ganhariam quatro novas vagas cada, enquanto regiões como Nordeste manteriam sua representação atual, evitando perdas de cadeiras.

A decisão de não sancionar intensifica a crise entre o Poder Executivo e o Legislativo, que já havia se agravado após a derrubada do decreto presidencial sobre o IOF.



Governo avalia financiamento para classe média comprar casa própria

REDAÇÃO

O governo federal está desenvolvendo um novo modelo de financiamento imobiliário voltado para a classe média, com foco em imóveis de até R\$ 1,5 milhão. A proposta inicial foi elaborada pelo Banco Central e já foi apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que solicitou agilidade na implementação do projeto.

O modelo proposto prevê mudanças estruturais no sistema atual de financiamento habitacional. As alterações incluem flexibilização do volume de recursos da poupança retidos no Banco Central e criação de mecanismos para tornar mais atraentes os contratos corrigidos pelo IPCA.

A necessidade de reformulação surge da queda na participação da poupança como fonte de recursos para o crédito imobiliário. No final de 2021, a caderneta representava 46% do funding habitacional, per-



Divulgação

centual que caiu para 32% no encerramento de 2024, segundo dados da Abecip.

A primeira frente de ação permitirá maior flexibilidade nas regras bancárias para aplicação dos recursos da poupança. Atualmente, 65% dos depósitos são direcionados obrigatoriamente ao crédito imo-

bilíário, 20% ficam retidos no BC como compulsório e 15% têm uso livre pelos bancos.

O novo mecanismo funcionará como um sistema de bônus para instituições financeiras. Para cada real adicional emprestado em habitação, o banco ganhará benefício equivalente para aplicação

livre em outros segmentos.

O potencial de recursos injetados no mercado é estimado entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões pelo governo. Fontes do mercado consideram um volume mais conservador, em torno de R\$ 40 bilhões para o setor imobiliário.

A segunda vertente da

proposta visa aumentar a adesão aos contratos corrigidos pelo IPCA. Atualmente, apenas 2% das contratações habitacionais entre janeiro de 2024 e março de 2025 utilizaram a inflação como indexador.

O Banco Central planeja criar um adicional de amortização nas prestações dos contratos indexados ao IPCA. O objetivo é tornar a trajetória de pagamento mais previsível, com amortização maior no início do financiamento.

A proposta foi apresentada ao presidente Lula em reunião com Gabriel Galípolo (BC), Jader Filho (Cidades), Fernando Haddad (Fazenda) e Carlos Vieira (Caixa). Lula demonstrou urgência na solução e pediu que as condições de financiamento se aproximem das oferecidas pelos contratos da poupança.

As diretrizes do plano estão sendo discutidas com associações do setor imobiliário e bancos que concedem crédito habitacional.

Após essa rodada de conversas, novas reuniões com o presidente e ministros envolvidos devem ocorrer.

O governo já destinou R\$ 15 bilhões do fundo social do pré-sal para criar nova faixa do Minha Casa Minha Vida. O programa atende famílias com renda até R\$ 12 mil para compra de imóveis de até R\$ 500 mil.

Especialistas avaliam que o Brasil ainda tem potencial de crescimento no crédito imobiliário, que representa cerca de 10% do PIB. Países como Chile alcançam 30% do PIB em financiamento habitacional, mostrando a margem para expansão no mercado brasileiro.

As regras atuais de direcionamento de recursos da poupança para o setor imobiliário datam da década de 1960. O sistema foi criado durante a reforma do sistema financeiro do primeiro governo militar e mantém características originais, como direcionamento obrigatório e limitação de juros a 12% ao ano.

Histórico: quase 34 mil mulheres se inscrevem para o serviço militar no Brasil

O Brasil registrou um número histórico de inscrições femininas para o serviço militar voluntário, com quase 34 mil mulheres demonstrando interesse em integrar as Forças Armadas. Este marco representa um crescimento significativo em relação aos anos anteriores e evidencia uma mudança no perfil dos interessados em seguir a carreira militar no país.

As inscrições foram rea-

lizadas através do sistema online das Forças Armadas, que registrou um aumento de aproximadamente 40% em relação ao ano anterior. O prazo para as candidaturas se encerrou na última semana, superando todas as expectativas dos órgãos militares responsáveis pelo recrutamento.

Entre as motivações mais citadas pelas candidatas estão a busca por estabilidade profes-

sional e o desejo de contribuir com a defesa nacional. Muitas jovens também destacaram a oportunidade de desenvolver habilidades técnicas e de liderança oferecidas pela formação militar como fatores decisivos para a inscrição.

O Exército Brasileiro foi a força que recebeu o maior número de inscrições femininas, totalizando cerca de 18 mil candidatas. A Marinha

e a Aeronáutica registraram, respectivamente, 9 mil e 7 mil inscrições, demonstrando interesse equilibrado nas três armas das Forças Armadas.

O processo seletivo incluirá provas de conhecimentos gerais, exames médicos e testes de aptidão física adaptados para o público feminino. As aprovadas passarão por um período de formação de seis meses, durante o qual recebe-

rão treinamento militar básico e especialização técnica de acordo com a área escolhida.

Este fenômeno reflete uma tendência global de maior participação feminina nas forças militares e quebra paradigmas tradicionais sobre os papéis de gênero na sociedade brasileira. Especialistas em recursos humanos militares avaliam que essa adesão demonstra a confiança das mulheres jo-

vens nas oportunidades oferecidas pela carreira militar.

A Defesa informou que todas as vagas disponíveis para o serviço militar feminino já foram preenchidas devido à alta demanda. A pasta estuda a possibilidade de ampliar o número de vagas para mulheres nos próximos anos, considerando o interesse demonstrado e a capacidade de absorção das unidades militares.

GRANDES SONHOS REALIZADOS EM PEQUENAS PARCELAS

PARCELAS A PARTIR DE R\$ 8,00 POR DIA!

- NÃO PAGUE JUROS
- PREÇOS QUE CABEM NO SEU BOLSO



62 3607-7332 | 62 98269-1933

AV. ANHANGUERA, 3559 - SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA - GO, 74610-010

CONSÓRCIO
CICAL

ATACADÃO DAS LENTES

LABORATÓRIO PRÓPRIO
Qualidade com o Menor Preço



- ✓ ÓCULOS SOLARES
- ✓ LENTES PARA ÓCULOS
- ✓ LENTES DE CONTATO
- ✓ ARMAÇÕES PARA ÓCULOS

PREÇO DE ATACADO

(62) 3945-1950 / 99244-2975 / 98270-4676

Av. Anhanguera nº 5110, Sl. 302, Ed. Moacir Tolos, Goiânia/GO
(ao lado da Praça do Bandeirante / Prédio do Banco Santander)



Autódromo de Goiânia inicia troca de asfalto para receber MotoGP

REDAÇÃO

O Autódromo de Goiânia deu início à troca completa de sua camada asfáltica no último dia 23 de junho. Esta intervenção representa a fase final e mais crucial dos preparativos para que o circuito goiano receba oficialmente a MotoGP a partir de março de 2026.

A substituição do asfalto constitui uma das exigências mais importantes para a homologação do autódromo perante a Federação Internacional de Motociclismo (FIM). Sem esta modernização da pista, seria impossível sediar a principal categoria da motovelocidade mundial no Brasil.

O cronograma das obras colocou a repavimentação como última etapa devido às necessidades logísticas do canteiro de obras. Durante meses, caminhões e equipes de trabalho precisaram circular constantemente pela pista para executar outras reformas estruturais no complexo.

Entre as intervenções que antecederam a troca do asfalto, destacam-se as demolições de estruturas antigas como a torre de controle. Também foram reali-



Reprodução

zados ajustes significativos nas áreas de guardrails, fundamentais para a segurança dos pilotos em competições de alta velocidade.

A repavimentação abrangerá tanto o circuito interno quanto o externo do autódromo goiano. Esta extensão dos trabalhos garante que toda a infraestrutura de pista atenda aos rigorosos padrões internacionais exigidos pela FIM.

A decisão de repavimen-

tar completamente o circuito surgiu após vistoria técnica realizada em janeiro deste ano. A FIM identificou que o asfalto existente não oferecia as condições ideais para receber motocicletas de alta performance da MotoGP.

Nenhuma das fases da ampla reforma do autódromo foi totalmente concluída até o momento. Algumas etapas encontram-se em estágios mais avançados, mas

todas permanecem em andamento para garantir a entrega no prazo estabelecido.

A chegada da MotoGP ao Brasil representa um marco histórico para o motociclismo nacional. Será a primeira vez que a categoria máxima da motovelocidade mundial terá uma etapa oficial em território brasileiro.

O investimento na modernização do Autódromo de Goiânia movimentou toda a ca-

deia econômica local. Empresas de construção, fornecedores de materiais e prestadores de serviços especializados participam ativamente do projeto de transformação.

A nova pista deverá oferecer condições técnicas superiores para os pilotos da MotoGP. O asfalto moderno proporcionará melhor aderência, durabilidade e características de drenagem adequadas às exigências da categoria.

A expectativa é que o Brasil se torne um destino fixo no calendário mundial da MotoGP. O sucesso da etapa inaugural em Goiânia poderá consolidar o país como uma praça importante para o motociclismo internacional.

Torcedores brasileiros demonstram grande entusiasmo com a perspectiva de acompanhar os melhores pilotos do mundo em ação. A paixão nacional pelas duas rodas encontrará sua máxima expressão com a chegada da MotoGP ao território nacional.

Os trabalhos de repavimentação seguem cronograma rigoroso para conclusão dentro do prazo estabelecido. O objetivo é entregar um autódromo completamente renovado e homologado para receber a elite da motovelocidade.

Fernando Alonso ele-ge Bortoleto como "o melhor desta geração"



Bicampeão mundial espanhol reafirma elogios ao piloto brasileiro após disputa acirrada no GP da Áustria. Alonso vê em Bortoleto o destaque dos novatos que chegaram à Fórmula 1 em 2025.

A acirrada disputa entre Fernando Alonso e Gabriel Bortoleto nas últimas voltas do GP da Áustria chamou a atenção dos jornalistas durante entrevista coletiva em Silverstone. O bicampeão mundial exaltou o brasileiro e o colocou como destaque da nova geração.

O oitavo lugar de Bortoleto rendeu seus primeiros pontos na F1 e não surpreendeu Alonso. "Muito boa (a performance), mas sem surpresas. Eu disse no ano passado em Abu Dabi que ele é o melhor desta geração", afirmou o espanhol.

O empresário de Bortoleto mantém posição firme sobre o potencial do brasileiro diante dos demais novatos de 2025. "Sei que temos falado muito sobre a geração mais jovem, mas o melhor é Gabriel. Já mostrou na pista com os mesmos carros", destacou Alonso.

A parceria entre Bortoleto e Nico Hulkenberg transformou a Sauber, que conquistou 26 pontos em 2025. A equipe suíça marcou apenas 4 pontos na temporada anterior com Zhou Guanyu e Valtteri Bottas.

Alonso demonstrou confiança no desenvolvimento a longo prazo da carreira de Bortoleto. "Talvez alguns outros alcancem o sucesso antes, mas, eventualmente, a longo prazo, ele sempre virá como o melhor desta geração", projetou o espanhol.

A chegada de Bortoleto marca o retorno brasileiro à F1 após anos de ausência. O jovem de 20 anos tem mostrado adaptação rápida às exigências da principal categoria do automobilismo mundial.

Fluminense avança à semifinal do Mundial e Palmeiras se despede

O futebol brasileiro viveu uma noite de sentimentos contrastantes na Copa do Mundo de Clubes da FIFA de 2025, com o Fluminense garantindo sua vaga na semifinal e o Palmeiras sendo eliminado. A jornada dos rivais carioca e paulista no torneio tomou rumos drasticamente diferentes, marcando a sexta-feira com euforia para um e decepção para outro.

O Fluminense demonstrou resiliência e poder de superação para carimbar seu passaporte para a próxima fase da competição. O Tricolor das Laranjeiras, sob o comando do técnico Renato Gaúcho, segue sonhando com o título mundial após uma campanha sólida até o momento.

Em uma partida disputada em Orlando, a equipe carioca venceu o Al-Hilal, da Arábia Saudita, pelo placar de 2 a 1 em um confronto emocionante. Os gols de



Martinelli e Hércules selaram o triunfo que mantém viva a esperança tricolor no cenário internacional.

Para o Palmeiras, no entanto, a trajetória no Mundial de Clubes chegou a um fim amargo e inesperado nas quartas de final. A equipe al-

viverde não conseguiu superar seu adversário europeu, encerrando sua participação no torneio de forma precoce.

O time paulista foi derrotado pelo Chelsea, da Inglaterra, também por 2 a 1, em um jogo definido nos detalhes. Apesar do goloço de

Estêvão, que se despedia do clube justamente para se juntar ao time inglês, o Verdão sucumbiu nos minutos finais.

A noite de sexta-feira, portanto, desenhou um abismo entre as sortes dos dois gigantes brasileiros nos Estados Unidos. Enquanto o Flumen-

se comemorava a classificação e a continuidade na busca pela glória, o Palmeiras lamentava uma eliminação dolorosa.

A torcida do Fluminense celebrou intensamente a vitória e agora se prepara para um desafio ainda maior nas semifinais. O time enfrentará o próprio Chelsea, algo de seu rival brasileiro, em um duelo que promete fortes emoções.

Já para os palmeirenses, a queda foi especialmente sentida por uma falha do goleiro Weverton no gol decisivo dos ingleses. A eliminação reacendeu debates e frustrações antigas do clube na competição intercontinental.

Assim, o Mundial de Clubes segue com apenas um representante do Rio de Janeiro na disputa, carregando as esperanças do país. A competição expôs a glória e a dor que apenas o futebol é capaz de proporcionar em uma mesma rodada.



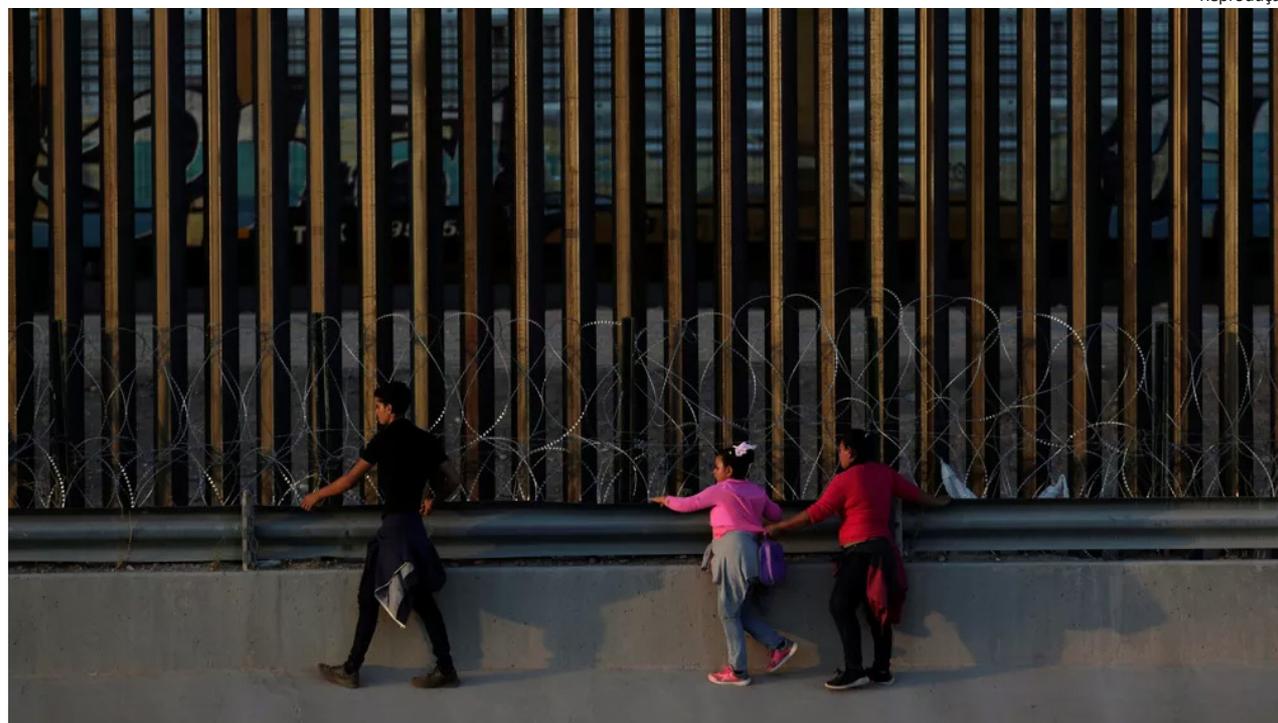
Pacote de Trump viabiliza deportações em massa e aumenta repressão a imigrantes

REDAÇÃO

O Senado americano aprovou nesta terça-feira (2) o projeto de lei conhecido como "One Big Beautiful Bill Act", que destina aproximadamente US\$ 175 bilhões para operações de imigração ao longo dos próximos anos. O pacote orçamentário de Donald Trump injetaria cerca de US\$ 150 bilhões em sua agenda de deportação em massa nos próximos quatro anos, financiando desde a extensão do muro na fronteira sul até centros de detenção e milhares de agentes adicionais.

A proposta destina US\$ 45 bilhões especificamente para centros de detenção de imigrantes, representando um aumento astronômico em relação ao orçamento atual. O ICE (Serviço de Imigração e Controle de Alfândega) terá um orçamento superior ao do FBI, enquanto os centros de detenção de imigrantes receberão mais recursos que o Bureau Federal de Prisões.

O projeto também prevê US\$ 8 bilhões para contratar 10 mil funcionários



Reprodução

adicionais do ICE ao longo de cinco anos, aumentando os quadros da agência em quase 50%. Adicionalmente, serão destinados US\$ 858 milhões para bônus de contratação e retenção de pessoal, refletindo as dificuldades históricas em manter agentes de imigração.

Mais de US\$ 46 bilhões serão direcionados para a cons-

trução do muro na fronteira com o México e outras fortificações, incluindo cruzamentos marítimos. A medida também reserva US\$ 5 bilhões para instalações da Alfândega e Proteção de Fronteiras e US\$ 10 bilhões para iniciativas de segurança fronteiriça de forma mais ampla.

Uma das mudanças mais controversas é a cobrança de

US\$ 1.000 para submeter uma solicitação de asilo, que tradicionalmente era gratuita nos Estados Unidos. O projeto também aumenta a taxa atual para apelar de uma decisão de pedido de asilo de US\$ 110 para US\$ 900, criando barreiras financeiras significativas para refugiados.

Stephen Miller, assessor de Trump, declarou que o ICE deveria realizar 3.000 prisões

por dia de pessoas no país ilegalmente, um aumento drástico em relação às aproximadamente 650 prisões diárias nos primeiros cinco meses do segundo mandato de Trump.

Especialistas preveem que Trump tentará rapidamente contratar mais agentes do ICE, converter prisões estaduais não utilizadas em centros de detenção e contratar pilo-

tos para voos de deportação. O objetivo geral será criar uma nova linha de base, medida em termos de dólares, detenções e deportações, que será difícil para futuros presidentes e Congressos reduzirem.

O plano beneficia a indústria privada de prisões americana, com os preços das ações das duas empresas dominantes, Geo Group Inc. e CoreCivic, subindo mais de 50% desde a eleição de Trump. O Conselho Americano de Imigração estima que o novo financiamento poderia expandir a capacidade de detenção para "pelo menos 116.000 leitos".

Embora a meta de 1 milhão de deportações por ano possa ser difícil de alcançar, o impacto da administração em todo o sistema de imigração provavelmente será histórico. Se aprovado, o projeto representaria "o maior aumento de financiamento para aplicação da lei de imigração na história dos Estados Unidos", consolidando uma transformação radical na política migratória americana.

Segundo projeções do Orçamento do Congresso, a legislação aumentaria a dívida nacional em US\$ 3,3 trilhões ao longo da próxima década.

DIÁRIO DO ESTADO

Líder em publicações legais no Brasil

Publicações em jornal de grande circulação, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União

(62) 3434-5546



Chefes de Estado com dupla improvável de líderes mundiais

REDAÇÃO

O Prime Video lançou no dia 2 de julho sua mais nova produção original, "Chefes de Estado", estrelada por Idris Elba e John Cena. O filme de ação e comédia é dirigido por Ilya Naishulter, conhecido pelos sucessos "Hardcore Henry" e "Anônimo".

Na trama, o primeiro-ministro do Reino Unido Sam Clarke (Idris Elba) e o presidente dos EUA Will Derringer (John Cena) possuem uma rivalidade pública que ameaça a aliança diplomática entre seus países. Quando os dois líderes se tornam alvos de um adversário estrangeiro poderoso, eles são forçados a contar um com o outro para sobreviver.

Com a ajuda de uma agente do MI6 chamada Noel Bisset (Priyanka Chopra Jonas), os dois políticos precisam fugir e impedir uma conspiração global. A história combina sequências de ação empolgantes com humor desprezioso, lembrando os clássicos



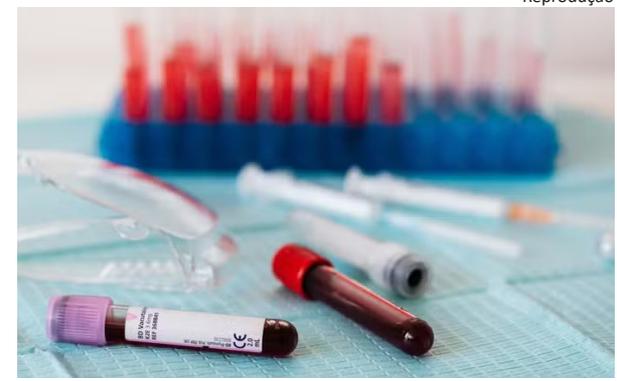
Reprodução

filmes de dupla dos anos 1980.

A química entre John Cena e Idris Elba é apontada como o grande destaque do filme. Cena interpreta um presidente americano idealista mas desajeitado, contrastando com o primeiro-ministro britânico de Elba, marcado por competência e sarcasmo.

O filme promete cenas de ação intensas misturadas a um humor sarcástico inspirado nas comédias de ação dos anos 90. Diferentemente de "G20", outro filme de ação do Prime Video, "Chefes de Estado" opta por uma abordagem mais leve, priorizando a diversão direta.

A recepção inicial tem sido positiva, com 65% de aprovação no Rotten Tomatoes e elogios à execução técnica. O filme ainda conta com uma cena pós-créditos que sugere a possibilidade de uma continuação, reforçando o investimento do Prime Video em produções originais de peso.



Reprodução

"Gwada negativo": mulher é a única no planeta com novo grupo sanguíneo

Uma mulher francesa originária da ilha de Guadalupe foi identificada como a única conhecida portadora de um novo grupo sanguíneo, denominado "Gwada negativo". A descoberta inédita foi possível graças à tecnologia de sequenciamento genético, e o grupo raro foi batizado em homenagem à origem guadalupense da única portadora conhecida.

Este novo grupo sanguíneo representa o 48º sistema de grupo sanguíneo conhecido no mundo, marcando um avanço significativo na hematologia moderna.

A mulher é literalmente a

única pessoa compatível consigo mesma para transfusões sanguíneas, representando um desafio médico único caso necessite de procedimentos que envolvam transfusão.

A descoberta do grupo sanguíneo "Gwada negativo" amplia o conhecimento científico sobre a diversidade genética humana e destaca a importância da pesquisa contínua em hematologia. Este caso excepcional demonstra como variações genéticas raras ainda podem ser descobertas, contribuindo para o avanço da medicina transfusional e da compreensão da biologia humana.

Viaduto da Fé

Uma obra do Governo de Goiás, feita para você e para milhões de romeiros de todo o Brasil.

Mais segurança para os goianos e para os romeiros do Divino Pai Eterno, que agora percorrem seu caminho com mais tranquilidade e proteção.





GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

DocuSigned by:

DIÁRIO DO ESTADO

Assinado por: EDITORA DIÁRIO DO ESTADO LTDA 24946442000193
CPF: 58975926188

Data/Hora da Assinatura: 25/05/2023 | 08:36:26 PDT

ICP-Brasil

9393FA587BF04B28DC1AD188C3FE84C



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Diário do Estado com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://diariodoestado.com.br/pageflip/>